

**A CIDADANIA EM
QUESTÃO: organizações
regionais indígenas e
TICs na Pan-Amazônia**

**CITIZENSHIP INTO QUESTION:
regional indigenous
organizations and ICT in the
Amazon**

**LA CIUDADANÍA EN
ENTREDICHO: organizaciones
regionales indígenas y TICs en la
Panamazonia**

James León Parra Monsalve^{1, 2, 3}

RESUMO

As passadas mobilizações que tiveram amplo suporte na internet como as da Primavera Árabe, no Egito, ou as de Junho de 2013, no Brasil, apontam novas configurações do ato conetivo nas redes digitais. Mas, deve-se dizer que um outro espaço-tempo é experimentado nas ações organizacionais indígenas, pois elas estão inseridas numa luta secular perante a subvalorização histórica dos seus fundamentos não-modernos. Neste trabalho apresentam-se alguns dos principais resultados de uma pesquisa desenvolvida entre 2011 e 2014 com a

¹ Comunicador Social – Jornalista (Universidad de Antioquia), Mestre em História (Universidad Nacional de Colombia) e Doutor em Planejamento do Desenvolvimento (Universidade Federal do Pará). Atualmente é Coordenador do Programa de Tecnologia em Comunicação Gráfica na Vice-reitoria Regional Bogotá Sul da Corporación Universitaria Minuto de Dios (Uniminuto) e docente de cátedra na Pontificia Universidad Javeriana. Com experiência de produção, ensino e pesquisa em comunicação, imprensa e história. Tem trabalhado em diversas entidades, especialmente organizações e comunidades indígenas da Amazônia colombiana. E-mail: james.parra@uniminuto.edu.

² Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no GT1 (Net-ativismo dos povos indígenas e das comunidades tradicionais) do II Congresso Internacional de Net-Ativismo, realizado de 16 a 18 de novembro de 2015 na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

³ Endereço de contato do autor (por correio): Corporación Universitaria Minuto de Dios (Uniminuto). Programa de Tecnologia em Comunicação Gráfica. Cra. 74 #81 C-05, Bogotá, Colômbia.

Associação Inter-étnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP), a Confederação de Povos Indígenas do Oriente, Chaco e Amazônia da Bolívia (CIDOB) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB).

PALAVRAS-CHAVE: Organizações Indígenas Amazônicas; TICs; Cidadania.

ABSTRACT

Past mobilizations that had broad support on the Internet as the Arab Spring in Egypt or June 2013 in Brazil suggest new configurations of connective act on digital networks. But it must be said that another space-time is experienced in indigenous organizational actions because they are embedded in a secular struggle against the historical undervaluation of its non-modern foundations. This paper presents some of the main results of a research conducted between 2011 and 2014 with the Inter-ethnic Association of Peruvian Rainforest Development (AIDSESP), the Confederation of Indigenous Peoples of the East, Chaco and Amazon of Bolivia (CIDOB) and the Coordination of Indigenous Organizations of the Brazilian Amazon (COIAB).

KEYWORDS: Amazon Indigenous Organizations; ICT; Citizenship.

RESUMEN

Las pasadas movilizaciones que tuvieron amplio soporte en internet como las de la Primavera Árabe, en Egipto, o las de Junio de 2013, en Brasil, apuntan nuevas configuraciones del acto conectivo en las redes digitales. Pero, se debe decir que otro espacio-tiempo experimentan las acciones organizacionales indígenas, pues ellas están involucradas en una lucha secular ante la subvaloración histórica de sus fundamentos no modernos. En este trabajo se presentan algunos de los principales resultados de una investigación desarrollada entre 2011 y 2014 con la Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSESP), la Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente, Chaco y Amazonia de Bolívia (CIDOB) y la Coordinación de las Organizaciones



ISSN nº 2447-4266

Vol. 3, n. 5, Agosto. 2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufv.2447-4266.2017v3n5p251>

Indígenas de la Amazonia Brasileña (COIAB).

PALABRAS CLAVE: Organizaciones Indígenas Amazónicas; TICs; Ciudadanía.

Recebido em: 13.02.2017. Aceito em: 15.07.2017. Publicado em: 01.08.2017.

Introdução

*May not it be our job in the new electronic age to study the
action of the new vortex on the body of the older cultures?*
Marshall McLuhan

O aparecimento e aperfeiçoamento das tecnologias digitais, as quais aumentaram as capacidades de armazenagem, processamento e transmissão de informação, constitui um campo que hoje, direta ou indiretamente, incide no desempenho das organizações indígenas. A digitalização dos territórios, a partir de aplicativos de processamento de imagens geo- e cartográficas, acompanha os reclamos pelo direito à terra. Além disso, a informação por elas disponibilizada na *web* é fonte para a análise da ecologia reticular em que elas estão atualmente planejando e realizando seus atos comunicativos e reivindicativos.

Atos que, nesse redemoinho que McLuhan (1962) enxerga na era eletrônica, levam-nos a aprofundar na compreensão das culturas ancestrais amazônicas. O modo em que elas habitam esses meios ciberespaciais e a sua conexão reticular. É bom dizer que a multiplicação das conexões através da internet demandaram uma maior presença naquele espaço eletrônico para organizações como a Associação Inter-étnica de Desenvolvimento da Selva Peruana (AIDSESP), a Confederação de Povos Indígenas do Oriente, Chaco e Amazônia da Bolívia (CIDOB), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e outras organizações indígenas da Pan-Amazônia. Na última década elas fomentaram processos de digitalização fundamentais às suas reivindicações como povos diferenciados no âmbito do estado-nação. Esta condição especial faz com que um outro espaço-tempo seja manifestado nas ações organizacionais indígenas, pois elas se desenvolvem numa luta secular

perante a subvalorização histórica dos seus fundamentos não-modernos. O que acompanha também suas manifestações no ciberespaço.

Afirma Lévy que as novas técnicas de comunicação favorecem o funcionamento dos grupos humanos em inteligência coletiva, mas não a determinam automaticamente, mesmo a pesar de sua magnitude:

El ciberespacio, interconexión de los ordenadores del planeta, tiende a convertirse en la infraestructura mayor de la producción, de la gestión y de la transacción económicas. Constituirá pronto el principal equipamiento colectivo internacional de la memoria, del pensamiento y de la comunicación. En suma, dentro de algunas decenas de años, el ciberespacio, sus comunidades virtuales, sus reservas de imágenes, sus simulaciones interactivas, su irresistible abundancia de textos y de signos, será el mediador esencial de la inteligencia colectiva de la humanidad. (LÉVY, 2007: 140)

E, por essa inteligência coletiva não ser determinada automaticamente, cabe a nós, pesquisadores, examinar as maneiras em que os meios digitais começam a aparecer e vêm sendo habitados, notadamente, pelos povos indígenas e as populações tradicionais. Neste trabalho apresentam-se alguns pressupostos teóricos e metodológicos e os principais resultados de uma pesquisa sobre essa temática, desenvolvida entre 2011 e 2014 na Pan-Amazônia. Mergulhar-nos-emos da mão das culturas ancestrais nesse redemoinho que a era eletrônica movimenta, atendendo à forma em que as próprias organizações indígenas dessa região sul-americana entendem suas reivindicações na *web*. Serão determinadas, assim, algumas das características em que se concreta sua relação com as TICs sob a categoria de cidadania.

Tempo, (ciber)espaço, diversidade e cidadania na Pan-Amazônia

Segundo McLuhan (1962: 91): "In communities widely separated in space

and time there is a continuity and tenacity of tradition quite unknown to written forms". Dita continuidade e tenacidade da tradição é justamente uma das riquezas dos países que compartilham a bacia amazônica. Tradição que reproduz conhecimentos que perpassam os confins da modernidade, mantendo-se vivos graças à transmissão oral de saberes e tecnologias dos povos que habitam as florestas da região.

Tais diferenças na concepção do tempo indígena versus a do ocidente enxerga-se assim mesmo na estrutura das línguas:

El inglés, en realidad la mayoría de las lenguas occidentales, sugiere a través de su estructura de tiempos que la realidad sólo puede estar contenida en el concepto de un pasado, un presente y un futuro; esto explica, de manera casi congruente, que el hombre es capaz, al igual que un dios, de permanecer fuera del continuo del tiempo. La arrogancia del hombre occidental podría deberse a la propensión a establecer prioridades para el razonamiento cuantitativo. (MCLUHAN; POWERS, 1994: 53)

O mito do domínio sobre a natureza, tão caro ao pensamento ocidental, fica assim comprometido em termos de sua estreita visão mecanicista e linear. Esta ideia do domínio sobre o natural emerge a partir da purificação moderna que fundamenta a arrogância de brincar "de permanecer fora do contínuo do tempo". Trata-se também da abstração e o reducionismo que cimentam a linearidade das concepções ocidentais da comunicação como uma mera emissão e recepção de mensagens.

Tais concepções são hoje contestadas, pois a diferença entre produtor e consumidor na comunicação, por exemplo, tende a se apagar cada vez mais. Quem consome informação é igualmente seu potencial produtor. Esta ideia é sintetizada na noção de "prosumidor". Uma condição possível não somente para os indivíduos que interagem nas redes digitais senão, e especialmente,

para as organizações de todo tipo que atuam mais e mais em entornos colaborativos.

Assim, a abrangência do contexto digital atinge as instituições e o seu trabalho em rede, em conexão e, portanto, sua articulação deve ser pensada como o “resultado de um processo colaborativo. De um processo que expressa uma inteligência coletiva e uma inteligência conectiva, não apenas a inteligência de uma elite” (LEMOS; DI FELICE, 2014: 113). Inteligências coletiva e conectiva que não se devem reduzir à mera presença digital da organização, pois o importante ali é a configuração reticular que a articula.

Uma configuração que em nosso caso tem a ver diretamente com uma extensa área sul-americana, dividida por oito países e um departamento francês: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Brasil e Guiana Francesa, respectivamente. Espaço que, segundo algumas estimativas, tem uma extensão dentre 5,8 a 7,5 milhões de quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 24 milhões de habitantes (ARAGÓN, 2002). Prefere-se aqui a designação de Pan-Amazônia como noção politizada que, ademais de referir essas características espaciais e populacionais, enfatiza a atuação de movimentos e organizações sociais que lhe dão sentido, a partir de sua articulação em rede para a defesa de seus interesses e a luta pelos direitos humanos (DOURADO, 2014). Nessa ordem de ideias, a palavra Amazônia é usada como sinônimo dessa concepção.

Segundo dados da Coordenadora das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, COICA (2015), existem ali em torno de 400 povos nativos. E, a diferença da população não-indígena, que se concentra especialmente nas cidades, os povos tem estado tradicionalmente disseminados ao longo da bacia, o qual desmitifica aquela velha ideia da Amazônia como espaço virginal e vazio.

Um espaço hoje em acelerada transformação antrópica que se traduz no deterioro crescente de seus ecossistemas. Deterioro que tem prejudicado com maior rigor tais povos, muitos dos quais veem suas terras usurpadas ou expropriadas pelos estados, ao vaivém das políticas nacionais de desenvolvimento.

Décadas atrás assinalava-se dos EE. UU. e o Canadá que: “La diversidad étnica ayudará a encender una economía desarrollada basada en el intercambio de información” (MCLUHAN; POWERS, 1994: 92). Afirmção que representa para os países amazônicos uma vantagem em termos de conhecimento, comunicação, informação, derivada de seu contexto de mega-biodiversidade. Transcendência que lembra também di Felice ao assinalar que a “cultura dos povos nativos do Brasil expressa já uma cultura comunicativa ecossistêmica e reticular, que marcou a história do Brasil” (LEMOS; DI FELICE, 2014: 37).

No entanto, a herança ocidental marginalizou de diversos modos as expressões nativas sul-americanas. Herança que permeou –e permeia– as dinâmicas de mudança social, desafiando a academia, pois “pode ocorrer um deslocamento entre academia e sociedade, da mesma forma que estamos presenciando um deslocamento entre governo e sociedade: temos uma sociedade que já é 3.0, um governo que é 1.0 e uma academia que é 0.5” (LEMOS; DI FELICE, 2014: 66). Algumas tendências na evolução das redes digitais poderiam auxiliar nessa tarefa de revigorar a academia e os procedimentos governamentais nas democracias ocidentais.

Tarefa não simples, mas promissória, pois na “nova *polis* virtual da qual somos cidadãos e, apesar do problema da inclusão digital, a tendência é que, mais cedo ou mais tarde, cada vez mais gente vá se assimilando à *polis* virtual”, o que traz “problemas similares aos surgidos com a grande cidade do início do

século passado” (LEMOS; DI FELICE, 2014: 49). Essa nova *pólis* virtual, onde todos os cidadãos poderiam votar a um custo praticamente zero (fazendo-o até pelo celular), desafia de forma evidente aos sistemas eleitorais que limitam a participação cidadã a apertar um botão a cada tantos anos, quando hoje poderia fazer-se quotidiana e regularmente.⁴

Justamente contra esse entravamento do exercício cidadão é que apontam os sítios eletrônicos das organizações indígenas, descobrindo bifurcações críticas da hegemonia do homem tipográfico. De modo que a proeminência dada ainda ao papel pelas estruturas burocráticas entrava muitas decisões concernentes ao melhoramento da qualidade de vida das populações indígenas na Amazônia. O qual é atualmente mais evidente quando os meios suportam conexões de dados à velocidade da luz.

Pelo anterior, na contemporaneidade, o tempo parece se fazer mais crucial do que o espaço:

Internet es, sin duda, una tecnología cultural. En realidad, con Internet, la cultura se convierte en tecnología y, por consiguiente, en una necesidad absoluta de permitir a las diferentes culturas la posibilidad de coexistir. En el nuevo contexto de la digitalización, todo lo impreso se convierte en datos digitales, todo lo estático comienza a moverse, lo virtual toma el relevo a lo real, lo local pasa a ser global y viceversa, y el tiempo a veces se hace más crucial que el espacio. Muy pronto, para no decir que inevitablemente, la cultura debería convertirse en la forma dominante de todas las tecnologías. (KERCKHOVE, 1999: 217-8)

Em qualquer caso, a análise das novas e sempre mutantes configurações

4 Lembre-se que a forma tradicional da democracia representativa é hoje contestada: “Obviamente, primeiro pelo advento de novas tecnologias que nos permitem, por exemplo, votar, a qualquer momento e sobre qualquer questão, a custo zero. Se hoje o governo quiser fazer uma votação em rede sobre uma questão, seja ela qual for, a população inteira vai poder votar, e pode fazê-lo até pelo celular, por exemplo. Há a necessidade de repensar a não contemporaneidade do sistema eleitoral da democracia moderna ocidental que limita a participação dos cidadãos a apertar um botão a cada quatro anos, num contexto em que todos os dias eles poderiam, por meio da tecnologia, expressar sua opinião e decidir.” (LEMOS; DI FELICE, 2014: 54-5)

conectivas das organizações indígenas amazônicas leva a preencher esse virtual com as suas reivindicações históricas. É ali que os apelos à cidadania devem ser diferenciados desde uma ótica indígena e uma não-indígena. Mas, antes de entrar nesse assunto, é preciso aclarar alguns pontos sobre o que se entende aqui por TICs.

Lévy (2007: 12-3) assinala que o vulgarmente identificado como 'novas tecnologias' encobre "la actividad multiforme de grupos humanos, un devenir colectivo complejo que se cristaliza notablemente alrededor de objetos materiales, de programas informáticos y de dispositivos de comunicación". Esta ideia supõe um olhar centrado na atividade diversa, nas práticas sociais de grupos humanos, as quais, realmente, estão por trás daqueles objetos, programas e dispositivos. Por isso, ao se falar do conceito de tecnologia pensa-se aqui não só esses 'meios', mas a própria força de trabalho que os imagina, pensa, desenha, produz, usa, movimenta. Magnitude que faz com que a tecnologia seja

una fuente considerable de incomodidad en la cultura porque amenaza el *status quo*. Las nuevas tecnologías, como por ejemplo los ordenadores o los entornos de red, cambian el comportamiento de las construcciones sociales creadas por anteriores tecnologías como la televisión, la radio o la imprenta. (KERCKHOVE, 1999: 55)

Dessa maneira, o caráter passivo dos meios de comunicação tradicionais vê-se ameaçado agora pela hiperatividade colaborativa, provinda das inteligências coletiva e conectiva, emergindo nas redes digitais. Neste sentido é de destacar que:

A passagem de um modelo comunicativo baseado na separação identitária entre emissor e receptor e num fluxo comunicativo bidirecional para um modelo de circulação das informações em rede, no qual todos os atores desenvolvem simultaneamente a atividade

mediática de emissão e de recepção, altera a prática e o significado do ato de comunicar. (DI FELICE, 2012: 13)

A alteração da prática e o significado do ato de comunicar, alicerçada nos atuais processos de digitalização e conexão em rede, é particularmente estratégica para as organizações, pois aquela comunicação mais tradicional dos rituais e os mitos indígenas tende a transformar-se nesse novo ambiente. Isto pode gerar tanto resistências como oportunidades, ao final de contas, um claro desafio epistemológico e social que é preciso analisar. É uma realidade que bate na porta dessas entidades como possibilidade de interação contemporânea.

Diversas expressões têm se acunhado para designar a contemporaneidade desde uma perspectiva macrossocial ou cultural: aldeia global, era eletrônica (MCLUHAN, 1988), sociedade global (IANNI, 1995), sociedade da web (KERCKHOVE, 1999), sociedade em rede (CASTELLS, 1999), sociedade da informação (SCHERER-WARREN, 2006), cibercultura, sociedade digital (LÉVY, 2007), capitalismo transnacional em rede, capitalismo transnacional informacional (FUCHS, 2008), sociedade informacional participativa, cooperativa, sustentável (FUCHS, 2010).

Seja frisando o modo de produção, a sociedade, a cultura, a técnica, a tecnologia, o conhecimento, a economia, cada uma dessas expressões, no entanto, aponta, em maior ou menor grau, à constituição e purificação modernas de que fala Latour (2007). Contudo, considerar que os meios transformam também as sociedades, como o faz McLuhan (1988), ou que se trata da atividade multiforme de humanos, objetos, aplicativos e dispositivos de comunicação, como supracitado, ou que a internet é um cérebro coletivo vivo, como o propõe de Kerckhove (1997), indica-nos o limiar de uma bifurcação no pensamento sobre a comunicação no universo social contemporâneo.

Nessa medida, e trazendo à tona uma categoria transcendental moderna como é cidadania, poder-se-á compreender outras diferenças relacionadas com esses campos nas organizações indígenas amazônicas. Segundo uma definição clássica, a cidadania é a participação integral individual “na comunidade política e o reconhecimento dos direitos dos cidadãos para com o Estado, em que cidadão seria aquele que detém os três direitos: civis (liberdade individual), políticos (participação política ampla) e sociais (bem estar)” (POSSEBON; NOGUEIRA, 2010: 10).

A história e a política descobrem uma noção alcunhada na França revolucionária do final do século XVIII e que se vem transformando até hoje (OLIVEIRA, 2006). Sobre o assunto é de lembrar o debate que na década de 1990 levou à proposta de falar melhor em “cidadania étnica”, com o qual a academia começava a se interessar pelas particularidades das formações sociais sul- e centro-americanas. Formações com uma grande diversidade cultural que distingue notavelmente aos países da bacia amazônica e, em geral, a América Latina.

Com a expressão “cidadania étnica” marca-se a diferença respeito da cidadania do quadro democrático-liberal e se reconhecem ali os povos como sujeitos de direito. Outra cidadania que acolhe os anseios históricos dos movimentos sociais indígenas pelo acesso à terra e o respeito do direito costumeiro. Anseios que se espalham pela América Latina, onde “existen reclamos y demandas de comunidades, organizaciones y movimientos indígenas que pueden ser llamados de ‘ciudadanía étnica’” (LEYVA SOLANO, 2007: 52). Reclamos e demandas que contestam os fundamentos liberais dos estados latino-americanos, reivindicando uma tradição pré-colombiana. A começar na proeminência dada pelos indígenas ao coletivo perante o

individual.

O reconhecimento do coletivo vai definir, então, muitas das ações empreendidas nas próprias organizações indígenas regionais. De uma parte, o desenvolvimento de atividades referentes à informação geográfica ou à produção audiovisual e, de outra, à elaboração de processos e produtos comunicacionais, evidenciam os modos em que a digitalização acontece nesse ambiente reticular. O que representa um dilema para as entidades indígenas que, no desenvolvimento de suas atividades missionais, agem num espaço-tempo ocidental, mas devem atender esse outro espaço-tempo vivido pelos seus povos e comunidades nas florestas úmidas sul-americanas.

Os sentidos da cidadania nas páginas eletrônicas das organizações indígenas

Um corpus de 84 enunciados publicados em linha pela AIDSESEP, a CIDOB e a COIAB, entre os anos 2008 e 2014⁵, fundamentou a procura de sentidos sobre a cidadania nos seus portais institucionais. O valor da amostra radica na diversidade de agentes, temáticas e situações que configuram tais sentidos nas matérias selecionadas. Tal dialogismo nos lembra que a “palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN, 1999: 41).

Das entidades objeto dessa pesquisa a AIDSESEP é a que desenvolve uma melhor trajetória respeito da relação das reivindicações sociais com a informação e a comunicação. Como amostra disso está o Centro de Informação e Planejamento (CIPTA), o qual tem como propósito principal “contribuir al

5 Em total, selecionaram-se 84 enunciados/impressões (AIDSESEP: 09; CIDOB: 49; COIAB: 26) com o fim de pensar discursivamente a cidadania, tal e como se verá adiante.

cumplimiento y mandato institucional de defensa territorial de los pueblos indígenas, generando a través de procedimientos científicos de recojo y validación de la información cartográfica digital” suportes para a AIDSESP (2012) e os povos que representa. De maneira que a contínua produção de informação cartográfica, a partir de instrumentos como o GPS ou aplicativos para processamento de informação geográfica (SIG), acompanha agora as iniciativas para a demarcação e gestão territorial dos povos amazônicos peruanos.

Desde sua criação, em 2001, o CIPTA tem gerado um impacto importante respeito da reivindicação coletiva da terra como o fundamento produtivo da vida indígena, pois a través de suas atividades:

Se están concretizando la titulación de las comunidades nativas, en base a la información técnica proporcionada por el CIPTA, lo cual reafirma el derecho de los pueblos indígenas sobre el territorio. La información procesada sobre los límites y ubicación de los territorios indígenas ha permitido una defensa sólida de los pueblos frente a los intereses de las petroleras, y madereros; y el abuso del estado contra las comunidades nativas. (AIDSESP, 2012, não paginado)

A AIDSESP também destaca por ter um programa de comunicação que faz questão do entorno midiático local e global, focando seus esforços na produção audiovisual sobre os povos indígenas do Peru.

Por sua parte, a CIDOB tem um programa de comunicações que, graças ao seu trabalho prolongado na defesa dos indígenas amazônicos bolivianos, conta o maior número de enlaces na *web*: uma procura no *Google* pelos nomes completos das organizações estudadas colocou no primeiro lugar dos resultados de potenciais enlaces à CIDOB (467.000), seguida pela AIDSESP

(236.000) e a COIAB (82.700)⁶. Não obstante, os conflitos que a finais de 2012 sofria a entidade (com dois diretórios em disputa pela representação da mesma) parou alguns dos processos mais destacáveis como os de informática e de rádio. Na época o funcionamento de sua *web* (www.cidob-bo.org) era feito pelo diretório anterior e o novo tentava recomeçar os projetos de informação e comunicação na sua sede em Santa Cruz de la Sierra, no oriente boliviano.

Assinala-se nos discursos da CIDOB sobre a cidadania uma linha que pode agrupar-se no que anteriormente considerou-se sobre a “cidadania étnica”, conceito de ordem antropológica-política. Portanto, estamos onde os discursos sociais desses povos tradicionais adquirem sentido, pois é o sujeito coletivo que contradiz as lógicas da sociedade de mercado. Trata-se de um processo histórico e contemporâneo, relacionado com o chamado multiculturalismo e a aceitação da diversidade cultural. No entanto, o contexto das lógicas estado-nacionais e de mercado acabam por minar as conquistas dessas lutas, através de diferentes mecanismos que dificultam um exercício satisfatório, efetivo, da cidadania que reivindicam as populações indígenas.

Sentidos em confronto, resistência, diferença. O que Manxineru evidencia ao dizer numa das matérias publicadas no sítio eletrônico da COIAB, onde, referindo-se ao exercício cidadão no sistema eleitoral, adverte que as estratégias partidárias ficam muitíssimo aquém de uma verdadeira prática cidadã. Segundo ele:

Isso não é nenhuma novidade, já que é cultural a compra e venda de votos e com a permissão das autoridades quando interessa aos seus pares. O que se acrescenta são novos elementos ao se exercer a “cidadania”. Enquanto for maior a miséria, melhor para os dominadores. Enquanto maior a pobreza, mais “heróis” virão. Enquanto maior a desinformação, mais “honestos” estarão sendo

6 Procura feita em 13/11/2012, no endereço internacional do *Google* (www.google.com).

eleitos. (MANXINERU, 2008, não paginado)

Trata-se do que ele chama de “cidadania entre aspas”, aquela que formalmente reconhece a igualdade dos indivíduos e na prática fomenta um ambiente de desinformação e oportunismo. Uma tensão em que estão inseridas as organizações indígenas, especialmente no que tem a ver com as reivindicações sobre a terra. Tal e como apontou ali também Manxineru (2008), as TICs não deveriam ser enxergadas sob uma ótica meramente informacionalista, mas respeito de processos de desinformação e incomunicação que, real ou potencialmente, menoscabam o exercício político que implica uma cidadania substantiva e ativa. Uma que não iguale só política, mas economicamente, onde o cidadão não tenha de ser representado (WOOD, 2000).

A cidadania questionada, numa ótica que descobre a sombra que hoje se apresenta como um exercício efetivo e real. Onde o indígena é reduzido em prol do civilizado, do moderno, entrando num jogo onde, aparentemente, há chances e ganhos concretos, embora isso acabe por se traduzir em maiores condições de dependência respeito do modo de produção capitalista. Onde são exploradas a miséria, a pobreza e a desinformação, visando a manipulação aperfeiçoada do espaço público. Considerando, então, a política partidária como um campo de controle e opressão, onde a questão indígena é também explorada, acredita-se que essa cidadania entre aspas deixa os indígenas “cada vez mais vulneráveis e permite a concretização do propósito dos primeiros invasores, que é nos eliminar gradativamente, prática exercida com muita maestria pelos diferentes governos e seus regimes” (MANXINERU, 2008, não paginado). Daí que essas lutas reivindicatórias das organizações devam se afastar desse olhar unívoco, reducionista, quando ela passa a ser entendida sob

a visão das democracias liberais e a modernidade.

Se pensarmos, como na visão da COIAB (2008), que “para que a cidadania possa ser construída é necessário garantir o direito mais importante que é o acesso a terra e aos recursos naturais”; se pensarmos, novamente, na transcendência do centro de informação geográfica e planejamento da AIDSESP (o CIPTA), no bojo dos processos de reivindicação de terras, territórios, recursos comuns, que essa entidade desenvolve na floresta amazônica peruana, compreenderemos o sentido dessa construção, alicerçada pelo usufruto produtivo e ativo de recursos como a terra, a água, as florestas, as pastagens, o conhecimento, a informação, entre outros, imprescindíveis ao funcionamento dessas organizações regionais indígenas.

Para as organizações há também uma tensão referente a fenômenos de degradação e perda de informação. Isto foi constatado no decorrer da pesquisa quando alguns dos sítios tiveram transformações ao passar do domínio .com para o .org. De qualquer forma, de longe, a CIDOB possuía a maior quantidade de informação *on line* por *megabytes* a 2013, seguida pela COIAB e a AIDSESP (cf. Quadro 1).

Organização	Sítio	Nº de arquivos	MB
CIDOB	cidob-bo.org.bo	5.338	767.0
COIAB	coiab.com, coiab.org	8.068	90.4
AIDSESP	aidesep.org.pe	711	54.7

Quadro 1: Quantidade de informação publicada a novembro de 2013 por organização em número de arquivos e *megabytes*. Fonte: elaboração própria

Contudo, alguma parte dessa informação publicada e disponibilizada em linha até 2013 sumiu depois, ficando salva parcialmente no meu arquivo pessoal. O sumiço e a degradação da informação nessa era eletrônica torna-se, assim, numa questão metodológica a se considerar neste tipo de análise.

Paradoxalmente, os glifos em pedra dos indígenas amazônicos levam milhares de anos conservando as representações ancestrais de suas cosmovisões, em tanto as informações ou opiniões publicadas em 2008 não aparecem mais nas últimas versões do *site* da COIAB.

Durante a pesquisa em campo (2012-2013) foram testadas, ademais, as tecnologias e velocidades de rede. Delas a AIDSESP registrou a maior velocidade de conexão, seguida pela CIDOB e a COIAB. De seu lado, a COIAB usava a 2013 o serviço de conexão GPRS (*General Packet Radio Service*) que lhe impunha velocidades de transferência muito baixas (Quadro 2).

Organização	Tecnologia de rede	Velocidade (Kbps)	Localização
CIDOB (2012)	ADSL/WIFI	512 download / 354 upload	Santa Cruz de la Sierra
AIDSESP (2012)	ADSL/WIFI	4.024 download / 2.086 upload	Lima
COIAB (2013)	GPRS	s.d. +/- 100 down- & upload	Manaus

Quadro 2: Organizações indígenas comparadas, tecnologia, velocidade de rede e localização geográfica. Fonte: elaboração própria

Vale dizer que das três organizações comparadas a COIAB não contava a 2013 com um escritório, área ou programa com dedicação exclusiva aos assuntos de informação e comunicação. No entanto, a colaboração de lideranças como Délio Alves, do povo Desana do Rio Negro, aponta na dinamização de processos ligados à comunicação organizacional indígena desde o centro histórico de Manaus, capital brasileira em que está localizada a entidade.

Considerações finais

Se, de um lado, as organizações indígenas estudadas aproveitam a comunicação digital para alavancar suas atividades corporativas, de outro,

incorporam em seus discursos as reivindicações históricas dos grupos étnicos que representam. Esta ambivalência específica das TIC nessas entidades revela assim a contraposição de tais reivindicações com o quadro liberal democrático, referente primordial da modernidade política. Nesta ordem, a diferença entre as mobilizações brasileiras de 2013 e tais reivindicações indígenas, face à comunicação digital, é notável. A espontaneidade conjuntural dos participantes nas ruas de São Paulo e outras cidades brasileiras contrapõe-se à secularidade das lutas indígenas, as quais agora são visibilizadas pelas entidades indígenas nas páginas eletrônicas e plataformas de relacionamento social.

Por isso, ao se falar em cidadania, cabe marcar a diferença espaço-temporal que separa ambas as perspectivas e sua manifestação concreta em formas comunicativas. Neste sentido, os espaços democráticos confrontam-se com espaços comunitários e a modernidade com a pré-modernidade. Desta maneira, os direitos individuais, que estão na base da cidadania formal, são confrontados pelos direitos costumeiros, onde a proeminência do grupo social e o território perpassa essa perspectiva individualista. Lembrando Clastres (2003) ter-se-ia ali, no primeiro caso, lutas no Estado (protestos contra o incremento da tarifa de ônibus) e, no segundo, lutas contra o Estado (reivindicação de autonomia e governo próprio do território e da população indígena). Entende-se assim o questionamento da cidadania formal feito por Manxineru ao respeito das eleições, momento sobrevalorado no exercício cidadão e que apaga outros cenários tão importantes como o econômico, o cultural e o social.

Ademais, examinando a análise feita e as observações e dados obtidos em campo, a questão do acesso, uso e manutenção das TIC nas corporações indígenas apresenta tanto potencialidades como disfuncionalidades. De uma

parte, o rebaixamento e flexibilização de custos de armazenagem, apresentação, processamento e transferência de informação converteram-se em parte vital de suas dinâmicas organizacionais, tanto respeito dos povos que elas representam como interna e externamente. Mas, por outra parte, o modo e as relações dominantes de produção no espaço Pan-Amazônico embatem e ameaçam suas culturas e territorialidades, especialmente, em escalas locais.

Nessa medida, as práticas informacionais da sociedade sustentam ainda desigualdades, baseadas em relações de poder, ainda que se fale constantemente em muitos espaços (acadêmicos, políticos, econômicos, sociais, culturais) das benesses de uma sociedade dita democrática, equitativa e participativa; na qual o conhecimento e a informação se valorizam especialmente. Assim, as trajetórias de resistência e luta indígenas vão ganhando visibilidade na rede, enquanto as organizações e as comunidades que elas representam são ao mesmo tempo confrontadas com os desafios que a tecnologia informacional traz para as suas culturas.

A partir das décadas de 1950 e 1960 os movimentos indígenas amazônicos ganharam a força para fortalecerem suas reivindicações, num processo dinamizado logo com a estruturação das organizações. O reconhecimento de tais reivindicações vem sendo promulgado nos textos constitucionais de finais do século XX e início do XXI, como promessa de mudança dessa história subalterna. Mudança que continua sendo uma promessa também respeito das TICs, como espaço em que podem ser fortalecidos os debates que perturbam as pretensões hegemônicas. Uma situação assimétrica, ainda que deixe alguma margem para atuar, a qual é utilizada estrategicamente hoje pelas próprias entidades indígenas para alavancar suas demandas e lutas.

Referências

ARAGÓN, L. E. Há futuro para o desenvolvimento sustentável na Amazônia? In: MELLO, A. F. de (Ed.). **O futuro da Amazônia**: dilemas, oportunidades e desafios no limiar do século XXI. Belém: Editora da UFPA, 2002.

ASOCIACIÓN INTERÉTNICA DE DESARROLLO DE LA SELVA PERUANA. **Centro de Información y Planificación - CIPTA**. Disponível em: <www.aidesep.org.pe/index.html?p=312.html>. Acesso em: 12 nov. 2012.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem** : problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud; Yara Frateschi Vieira. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venâncio Majer. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Trad. Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **GTA divulga carta de sua VII Assembléia Geral**. Disponível em: <<file:///home/james/Documents/OrgIndNov2012/www.coiab.com.br/coiab.php%3Fdest=show&back=noticia&id=121&tipo=N&pagina=24.html>>. Acesso em: 11 dez. 2012.

COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA. **Qué es la COICA**. Disponível em: <<http://www.coica.org.ec/index.php/sobre-coica/que-es-la-coica>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

DI FELICE, M. Redes sociais digitais, epistemologías reticulares e a crise do antropomorfismo social. **Revista USP**, n. 92, p. 6–19, fev. 2012.

DOURADO, S. B. **Proteção jurídica dos conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia** : o debate dos debates. Tese—Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, 2014.

FUCHS, C. **Internet and Society**: Social Theory in the Information Age (Draft Version). New York: Routledge, 2008.

_____. Theoretical foundations of defining the participatory, co-operative, sustainable information society. **Information, Communication & Society**, v. 13, n. 1, p. 23–47, fev. 2010.

IANNI, O. **A sociedade global**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KERCKHOVE, D. de. **The skin of culture**: Investigating the new electronic reality. Londres: Kogan Page, 1997.

_____. **Inteligencias en conexión**: hacia una sociedad de la web. Trad. Teleservicios Editoriales. Barcelona: Gedisa, 1999.

LATOURET, B. **Nunca fuimos modernos**: Ensayo de antropología simétrica. Trad. Víctor Goldstein. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

LEMOS, R.; DI FELICE, M. **A vida em rede**. Campinas: Papirus 7 Mares, 2014.

LÉVY, P. **Cibercultura**: La cultura de la sociedad digital. Trad. Beatriz Campillo; Isabel Chacón; Florentino Martorana. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, 2007.

LEYVA SOLANO, X. ¿Antropología de la ciudadanía? ... étnica. En construcción desde América Latina. **Estudios sociales y humanísticos**, v. V, n. 1, p. 35–59, jun. 2007.

MANXINERU, T. S. H. **O eleitor indígena**. Disponível em: <file:///home/james/Documents/OrgIndNov2012/www.coiab.com.br/coiab.php%3Fdest=show&back=artigo&id=218&tipo=A&pagina=3.html>. Acesso em: 14 nov. 2012.

MCLUHAN, M. **The Gutenberg Galaxy**: the making of typographic man. Toronto: University of Toronto Press, 1962.

_____. **Os meios de comunicação como extensões do homem**

(understanding media). Trad. Décio Pignatari. 6 ed. São Paulo: Cultrix, 1988.

MCLUHAN, M.; POWERS, B. R. **La aldea global**: transformaciones en la vida y los medios de comunicación mundiales en el siglo XXI. Trad. Claudia Ferrari. Barcelona: Agostini, 1994.

OLIVEIRA, S. E. DE. **Cidadania** : história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.

POSSEBON, A.; NOGUEIRA, S. **Comunicação e cidadania** : diálogo necessário. In: XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul: INTERCOM, 2010.

SCHERER-WARREN, I. Redes sociais na sociedade da informação. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Eds.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 215–227.

WOOD, E. M. **Democracy against capitalism** : renewing historical materialism. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.